

Uma homenagem a quem contribuiu mais

Hoje, ao meio dia, no Clube Naval de Brasília, com a presença do Ministro da Fazenda, Ernane Galvões, do Governador do Distrito Federal, José Ornellas de Souza Filho e do Ministro interino da Indústria e do Comércio, Marcos José Marques, o Secretário de Finanças do Distrito Federal, Fernando Tupinambá Valente, entregará a medalha Mérito Tributário aos 40 maiores contribuintes de impostos da Capital Federal. Durante a solenidade serão premiados os 20 maiores contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) e os 20 maiores contribuintes do Imposto sobre serviços.

De um total de recolhimento de Cr\$ 8,558 bilhões de ICM, os 20 maiores contribuintes corresponderam com cerca de 30%, ou seja, Cr\$ 2,5 bilhões. O universo de contribuintes de ICM soma a 24 mil. De ISS, o DF recolheu aos seus cofres cerca de Cr\$ 1,491 bilhão sendo que os 20 maiores participaram com Cr\$ 500 milhões, aproximadamente 30% em valor de arrecadação de um universo de 35 mil contribuintes.

Segundo ressalta o Secretário de Finanças do Distrito Federal, Fernando Tupinambá Valente, a importância desse prêmio não se destaca somente pelo valor de arrecadação dos 40 maiores contribuintes do Distrito Federal. Os premiados, representam, na realidade, uma gama de mais de 300 mil arrecadadores de impostos que empregam milhares de cidadãos que contribuem, indiretamente, quando compram uma mercadoria ou pagam um serviço com os impostos que serão recolhidos ao Tesouro do DF.

A receita tributária que se constituiu, em 1981, na principal fonte de recursos da receita própria do DF, evoluiu em 137,82% devido, principalmente, ao ICM, que obteve um crescimento da ordem de 151,50% no exercício. Esse tributo representou 68,73% do total da receita própria. No setor de serviços a arrecadação do ISS teve um crescimento da ordem de 93,50% atribuindo-se como principal fonte de receita, as atividades de limpeza, conservação e vigilância.

Sobre esses e outros assuntos da área de finanças do Distrito Federal, o secre-

tário Fernando Tupinambá fala nessa entrevista.

P — Como surgiu a idéia e qual a justificativa para se homenagear os maiores contribuintes do Distrito Federal?

R — A idéia foi a de aprimorar cada vez mais o relacionamento com o contribuinte. Uma tecla que tem sido insistentemente batida por todos os níveis de governo, seja Federal, Estadual ou municipal, pois há um convencimento de que melhorando esse relacionamento haveria uma maior fluidez na arrecadação dos impostos. Um contribuinte bem esclarecido, bem conversado, bem trabalhado, de modo geral atenderia melhor os reclamos do Estado e contribuiria espontaneamente para a arrecadação dos tributos. Então, imaginou-se uma forma através de um ato público de premiar os maiores contribuintes do Distrito Federal na área de ICM e ISS. Na realidade se prestaria uma homenagem a todo universo de contribuintes. O objetivo não é premiar ou distinguir apenas 40 contribuintes, e através deles atingir todo universo, no nosso caso, mais de 300 mil con-



Tupinambá Valente: a festa é para todos

tribuintes que diariamente pagam impostos e conscientizá-los de que é através desse imposto que o Estado forma sua receita e com ela promove as diversas funções governamentais. Ou seja, atender necessidades básicas da coletividade.

P — O contribuinte do Distrito Federal é um bom pagador?

R — De um modo geral, sim. Podemos afirmar que é um bom pagador. O contribuinte do IPTU, para se tomar um exemplo, o maior universo de contribuintes, com cerca de 220 mil, nos últimos anos vem pagando em dia os seus tributos num percentual acima de 90% em número de pessoas e de valor. O mesmo é válido ao contribuinte de ICM e ISS e outros tributos de menor expressão, embora existam os maus contribuintes, como em toda coletividade. Com eles se preocupa a máquina fiscal.

P — Qual a importância desses contribuintes na economia do Distrito Federal?

R — Esses homenageados representam perto de 30% em valor de arrecadação e reunidos representam também 30% da arrecada-

ção total do Distrito Federal. A importância deles não teria que ser medida somente em função do que arrecadam, do que trazem ao Tesouro. Na realidade, o contribuinte homenageado, o empresário, é um mero intermediário entre nós consumidores, porque toda vez que pagamos uma mercadoria, um serviço, no preço está embutido o imposto, seja da área estadual, municipal ou Federal. Imposto esse que através do contribuinte chega aos cofres do Tesouro. Atras desses contribuintes existe um grande número de empregos decorrentes da atividade que exercitam por sua vez promotoras e geradoras de outros recolhimentos. Uma empresa do porte das homenageadas contrata centenas ou milhares de empregados, que por sua vez são também consumidores que se transformam em contribuintes. Há uma realimentação constante do sistema.

P — Tem se discutido ultimamente sobre a necessidade da criação de uma Secretaria de Indústria e Comércio para que melhor sejam direcionadas, tanto no sentido de aproveitamento das oportunidades de mercado, quanto na seletividade do parque industrial, as atividades econômicas locais. Como interpreta o Secretário essa reivindicação?

R — Existe uma reivindicação de alguns setores empresariais encaminhadas aos órgãos competentes, por intermédio do Governador, fazendo essa postulação. Evidentemente que o pedido está sendo examinado e oportunamente, face aos estudos que serão encaminhados ao Governador, deverá haver uma solução sobre o assunto. Não entendemos porém, que haja uma vinculação entre crescimento industrial e existência de uma secretaria. Temos Estados em que há essa secretaria e que a atividade industrial e comercial não é expressiva e vice-versa. Inclusive porque, existe, aqui no Distrito Federal, na Secretaria de Agricultura, uma área própria para cuidar dos problemas atinentes à indústria e comércio. Além disso outras áreas do governo também cuidam do problema. A Secretaria de Governo através da Codeplan; o Banco Regional de Brasília, na área da Secretaria de Finanças; a Secretaria de Viação e Obras, quer diretamente, quer através das empresas a ela vinculada, todos os órgãos têm se preocupado com o problema.

P — Quais os incentivos fiscais que o Distrito Federal dispõe ou utiliza para atrair empresas de fora para o mercado de Brasília e neste caso, quais os critérios adotados pelo governo na indicação e seleção das empresas interessadas?

R — O Distrito Federal, em função mesmo de sua preocupação de preservação de suas características como uma cidade administrativa, não entrou na chamada "guerra fiscal" de alguns anos atrás, e por isso não concedeu qualquer incentivo de ordem fiscal objetivando a atração de indústrias. Contudo, isso é um problema que poderá ser estudado. Porém, temos propiciado outro tipo de incentivo quando há interesse na atração de alguns estabelecimentos. Através de setores próprios nós temos promovido um incentivo creditício, locacional, de infraestrutura, preparação de lotes por intermédio da Terracap e coisas semelhantes. Há pouco tempo, para implantação do Terminal de Cargas, havia um interesse do governo, criou-se a área e esta foi dotada de toda infraestrutura necessária e lotes foram oferecidos às empresas do ramo em condições acessíveis. Hoje nós temos em funcionamento senão o melhor, um dos melhores terminais de carga do País.

P — Os shopping centers podem oferecer dificuldades de sobrevivência para o pequeno comerciante? Qual tem sido o comportamento do pequeno comerciante diante dos grandes shopping instalados e que estão se instalando no Distrito Federal?

R — Realmente a situação do pequeno comerciante é dificultada na medida em que são instalados esses grandes centros comerciais que normalmente oferecem um maior número de opções aos consumidores. Como de um modo geral estão bem localizados, quer em relação aos locais de trabalho quer em relação a facilidade de estacionamento entre outras, os consumidores, principalmente na ocasião de realizar compras de maior volume, preferem a opção dos centros comerciais, pois ali encontram não só maior número de atrativos de serviços e lazer que normalmente esses centros costumam oferecer aos seus frequentadores. Evidente que o pequeno comerciante, sobretudo o do Plano Piloto, das entrequadradas, das cidades-satélites, ele tem condições de oferecer ao consumidor um serviço mais personalizado. É nesse campo que a criatividade precisa funcionar. Os grandes centros, com grande fluxo de consumidores não têm condições de prestar um atendimento personalizado. Já nestes pontos de menor afluência há condições para isso. Isso tem sido uma preocupação de governo, não só federal, procurando incentivar os governos estaduais e municipais a oferecerem melhores condições de sobrevivência aos pequenos, como também pelos nossos órgãos do Distrito Federal.

P — Existe uma diferença de tributação entre o grande e pequeno empresário?

R — Exato. Existe um sistema de fiscalização que chamamos de regime simplificado que permite ao pequeno contribuinte o cumprimento de suas obrigações fiscais sem inclusive a necessidade de assistência de contadores e despachantes. É um sistema em que ele praticamente pode registrar todas as suas operações e com isso diminuir seus custos de operação.

P — Qual o universo de contribuintes do Distrito Federal?

R — Deve estar em torno de 300 mil contribuintes, sendo que a área de ICM e ISS deve envolver um total de 60 mil contribuintes. O restante são contribuintes de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto de Transmissão.

P — Qual foi o desempenho da execução orçamentária do Distrito Federal em 1981?

R — Nós tivemos uma execução bem satisfatória. As receitas foram realizadas em níveis bastante favoráveis ao Distrito Federal, e a despesa dentro do que foi previsto no orçamento. Tanto isso é verdade que encerramos o exercício de 1981 com um superávit orçamentário da ordem de Cr\$ 1 bilhão 700 milhões, de uma execução de aproximadamente Cr\$ 50 bilhões. O balanço consolidado do Distrito Federal, onde estão registrados inclusive os resultados da administração direta registra uma variação positiva de quase Cr\$ 8 bilhões. Quer dizer, o patrimônio do Distrito Federal em função desse balanço consolidado cresceu.

P — Qual o volume de arrecadação da receita tributária em 1981 e qual é até hoje?

R — Cr\$ 20 bilhões de arrecadação em tributos, inclusive participação em tributos federais e Cr\$ 26 bilhões de transferências da União. No ano passado ficamos com 43% de recursos nossos e 57% da União. Até o último dia de agosto nós estávamos com uma receita de Cr\$ 20 bilhões, sem considerar os tributos federais. Considerando a arrecadação de tributos federais estaríamos com cerca de Cr\$ 24 bilhões.

P — Como são aplicados esses recursos?

R — Esses recursos são aplicados dentro das prioridades governamentais na forma disposta em orçamento. Tem sido uma preocupação nestes últimos anos a ênfase de atendimento ao homem. Isso faz com que as funções mais aquinhadas sejam educação e saúde, depois vem as outras funções governamentais.